



TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE POLÍTICA

ELEIÇÕES 2024

BOLETIM SOBRE O PROCESSO POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE



Editor: Lázaro Mabunda | Director: Edson Cortez | Assessor: Joseph Hanlon | Oficial de Comunicação: Liliana Mangove

Número 305 – 08 de Outubro de 2024

Publicado pelo CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipmoz.org <https://www.cipeleicoes.org/>

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Para subscrever a edição em Inglês <https://cipeleicoes.org/eng/>
e a versão em português <https://www.cipeleicoes.org/>

Última hora: CNE ordena proibição de passagens automáticas de formadores nacionais e provinciais a MMV



Instrução n.º 06/CNE/2024
de 7 de Outubro

Para todos os Órgãos de Apoio à Comissão Nacional de Eleições a todos os níveis e respectivos Secretariados Técnicos de Administração Eleitoral.

No âmbito da contratação e designação dos Membros de Mesa de Assembleia de Voto e a necessidade de orientar a separação de funções contratuais de Formadores Nacionais e Provinciais e a de MMV, para as 7.ªs Eleições Presidenciais, Legislativas e 4.ªs dos Membros da Assembleia Provinciais e do Governador de Província, Sua Excelência o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, nos termos do n.º 1 do artigo 49 da Lei n.º 8/2013, de 27 Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 15/2024, de 23 de Agosto, instrui:

- 1- Não é permitida a passagem automática de formadores nacionais e provinciais para exercer simultaneamente a função de MMV, em virtude dos contratos dos mesmos ora celebrados, se mostrar ainda em vigor;
- 2- Durante a fase de votação, os formadores ficam sujeitos ao cumprimento do preceituado na cláusula 1 do termo dos contratos assinados a saber:
 - a) formar os Membros da Mesa de Assembleia de Voto;

Em instrução datada de ontem, segunda-feira, partilhada na madrugada de hoje (terça-feira, 8 de Outubro em curso), a que o Boletim CIP Eleições teve acesso, a CNE ordena a permissão de “passagem automática de formadores nacionais e provinciais para exercerem simultaneamente a função de MMV”. Alega a CNE que os contratos que eles celebraram ainda estão em vigor.

No mesmo documento, a CNE determina que durante a fase de votação, os formadores ficam sujeitos ao cumprimento da cláusula 1 do termo do contrato que fixa como obrigação dos formadores “formar membros de mesa de assembleia de voto” e “apoiar o STAE na planificação, acompanhamento das actividades e supervisão do trabalho dos membros de mesa de assembleia de voto”.

Quase todos os presidentes de mesas de votos são funcionários públicos ou membros da Frelimo

O Boletim CIP Eleições obteve as listas dos MMVs de mais de 100 distritos e constatou que quase todos os presidentes, vice-presidentes, secretários e 4º escrutinadores são funcionários públicos ou membros do partido Frelimo. Entre a noite de domingo e ao longo do dia de ontem, 7 de Outubro, decorreram reuniões clandestinas com os MMV, onde a Frelimo está a distribuir subsídios. Os valores de cada subsídio variam do distrito para distrito. Na Matola, alguns encontros irão decorrer esta terça-feira. O STAE não garante subsídio, mas poderá pagar entre 500 a 1000 MT de adiantamento.

Na cidade da Matola, no posto administrativo de Infulene, o encontro com os presidentes, vice-presidentes, secretários, quartos escrutinadores das mesas de votos, incluindo os delegados do partido, foi realizada ontem, à tarde, no antigo Instituto de Geologia e Ciências de Saúde no Bairro Patrice Lumumba. Ao nível de outros postos administrativos da Matola, a reunião está marcada para esta manhã. Ainda se desconhecem os valores de subsídios a serem dados dos MMV.

Noutros distritos, como Mopeia, na província da Zambézia, o encontro foi realizado pelas 21 horas de domingo, dia 6 de Outubro. Além dos presidentes, vice-presidentes, secretários e 4º escrutinadores das mesas de votos, estava o administrador, o primeiro secretário do partido Frelimo e o chefe da brigada provincial de assistência ao distrito, Pedro Vírgula. Durante a reunião, os presidentes das mesas foram “encorajados a trazer a vitória para a Frelimo”. À entrada do encontro, todos os celulares foram recolhidos para evitar possíveis gravações.

Durante o encontro, foram prometido aos MMV 5000 MT como subsídio, o que é visto como suborno para os encorajar a encher as urnas. Os MMV contestaram o valor e recusaram recebê-lo, uma vez ser muito inferior ao que receberam nas eleições de 2019. Em 2019, o valor de suborno (subsídio) foi de 20.000 MT.

Numas das comunicações, um dos presidentes de mesa disse que “esses (Frelimo) querem dar-nos 5000 MT” e ameaçou: “Eu não trarei resultados nenhuns. Deixarei tudo à sua sorte”. Ou seja, recusava-se a manipular os resultados em troca de 5000 MT.

Durante o dia desta segunda-feira, as negociações foram decorrendo e a Frelimo aceitou aumentar 2000 MT, totalizando 7000 MT. A proposta foi aceite. Quer em 2019, quer agora, os valores estão a ser distribuídos pelos responsáveis dos Serviços de Segurança do Estado a nível do distrito.

Em Mágoè, na província de Tete, a fuga de informação abortou um encontro entre os MMV e o partido Frelimo. Após a afixação das listas dos MMV, o partido Frelimo efectuou ligações aos presidentes de mesas de voto, compostos maioritariamente por professores e familiares de membros dos órgãos eleitorais, solicitando um encontro na Escola Secundária de Mágoè. O encontro estava marcado para às 21 horas do domingo, 6 de Outubro. Mas, a fuga de informação acabou abortando o encontro, que terá ocorrido ao longo do dia desta segunda-feira, 7 de Outubro.

As chamadas eram feitas por um número privado e os autores não se identificavam, o que preocupou os presidentes das mesas de voto.

Parece terem sido os próprios MMV, descontentes com os valores dos subsídios cujos contratos acabavam de assinar, que não conseguiram conter o segredo. Os partidos da oposição programaram-se para se deslocarem à mesma hora ao mesmo local para encontrá-los em flagrante.

No distrito de Marávia, em Tete, todos os MMV contratados através de concurso público são também funcionários públicos. Por exemplo, na localidade de Chipungo, na mesa 1, o presidente, Eugénio Camuendo, é director adjunto pedagógico da mesma escola; na mesa 3, o presidente é Merino Abulamo, funcionário do Serviço Distrital das Actividades Económicas (SDAE).

Na Localidade de Fíngoè, na mesa 3, o presidente chama-se Alberto M. Manuel Majuta, é enfermeiro do Hospital distrital; na mesa 6, o presidente é funcionário da secretaria distrital; na mesa 7, a presidente é Ruth Sardinha, professora da EPC de Fíngoè; na mesa 5, a presidente chama-se Chatima, é também professora da mesma EPC de Fíngoè.

Na localidade de Njenda, na mesa única de Chidjudju, o presidente chama-se Bernardo Xavier Chiranga, é secretário da OJM distrital de Maravia.

Na Localidade de Malowera, na mesa 1, o presidente é Bonifácio Machili, professor de Geografia na mesma escola.

No distrito de Ngauma, em Niassa, os presidentes e vices são funcionários com cargo de chefia, incluindo dirigentes do partido Frelimo. Por exemplo, da primeira lista publicada, a partir do número 6 a 16 são directores das escolas. O número 5 é secretário de comité de Localidade. A partir dos números 20 até 30 são, também directores das escolas. Os restantes são chefes das repartições e das secretárias dos serviços distritais.

Em Machanga, na província de Sofala, todos os presidentes de mesas são também funcionários públicos. A maioria deles foi colocada nas suas respectivas escolas ou em mesas mais próximas das suas escolas. Há enfermeiros também como presidentes de mesa.

No distrito de Tambara, em Manica, 198 dos 318 MMV de todo o distrito são funcionários. São directores de escolas e todos os vice-presidentes são os directores adjuntos e chefes das secretarias. Os restantes MMV são membros do partido Frelimo.

58 presidentes julgados por ilícitos regressam para Quelimane com as mesmas funções

Parece ficção, mas é uma verdade. Foram julgados e alguns condenados por ilícitos eleitorais nas eleições autárquicas do ano passado, mas voltarão a exercer as mesmas funções nas eleições de amanhã, 9 de Outubro.

São todos MMV indicados clandestinamente pela Frelimo em coordenação com o director distrital do STAE. No total são 58 presidentes de mesas de voto, segundo a lista apresentada, esta segunda-feira, pelos representantes da oposição, nos órgãos eleitorais, em Quelimane.

O que aconteceu é que a formação foi encerrada na última sexta-feira, mas antes dos formadores entregarem a lista dos candidatos apurados ao STAE Distrital, a Frelimo, através do director distrital do mesmo órgão, já tinha uma lista das pessoas que iriam ocupar as funções de presidente, vice-presidente e secretário de mesas de votos. A maior deles são pessoas que foram julgadas por ilícito nas autárquicas do ano passado.

Segundo a STV ([ver vídeo aqui](#)), uma estação televisiva privada que cita o director adjunto do STAE distrital de Quelimane, em representação da oposição, o director distrital e o seu adjunto do mesmo órgão, provenientes da Frelimo, não aparecem na instituição desde o dia 4 de Outubro. Igualmente, cinco técnicos e os formadores não se fazem presentes ao STAE para a aprovação e afixação das listas.

“Nunca devem dificultar pessoas com pastas”

Num boletim recente, publicámos áudios de uma formadora provincial de Monapo que revela que estavam a ser orientados a manipular os resultados eleitorais no dia 9 de Outubro. No domingo passado, 6 de Outubro, uma nossa correspondente conversou, na Escola Secundária de Nampula, com alguns dos MMV que acabavam de ser formados.

Na conversa, eles revelaram que os presidentes e vice-presidentes das mesas foram orientados a não dificultar os eleitores. “Disseram-nos que não podemos dificultar pessoas de votarem, mesmo que venham com *hijab* grande ou pasta temos que deixar votar”, disse um dos recém formados que, por sinal, irá ocupar a vaga de presidente.

Segundo eles, foi-lhes informado que “Se a descarga for a mais e na urna tiver votos a menos”, vão ter problemas, mas “se a descarga for a menos e na urna tiver votos a mais, não haverá problemas. Se virem o presidente a encher votos não se atrapalhem, deixem-no fazer o trabalho dele. Evitem qualquer coisa como chamar polícia ou a imprensa”.

MMV vão às eleições descontentes

O nível de descontentamento dos MMV é elevado, devido ao subsídio que é bastante insignificante. No domingo, os MMV do distrito de Mogovolas, província de Nampula, protagonizaram uma greve contestando as condições precárias impostas pelo contratante.

O STAE em Mogovolas decidiu oferecer um subsídio de apenas 120 meticais aos MMV, destinado a cobrir as despesas de transporte para o local de votação, o que gerou indignação entre eles.

Igualmente, irão receber subsídios que variam entre 4 mil e 5 mil meticais, valores considerados insuficientes para a natureza do trabalho que irão desempenhar. Os MMV acusam o STAE e o partido de os terem pressionados a assinar os contratos.

A situação tornou-se rapidamente tensa, levando a ser chamada a polícia a fim de controlar a situação e garantir a ordem pública. Os grevistas exigiam a melhoria das condições de trabalho no terreno e uma revisão dos valores das remunerações. Os valores que irão receber são considerados irrisórios para a responsabilidades que assumem durante o processo eleitoral.

Em Maganja da Costa, na Zambézia, os MMV estiveram ontem amotinados no STAE distrital, recusando-se a ir ao terreno sem condições disponibilizadas, ou seja, dinheiro para o sustento durante os dias que ficarão nos seus postos onde foram afectos.

Numa conversa, um dos MMV, por sinal presidente de mesa, avançou que só após muita agitação foram solicitados apenas presidentes para os acalmarem, justificando que estavam à espera a orientação do nível provincial e garantiram que os valores dos manifestantes irão receber hoje, terça-feira.

Até ao final do dia, muitos MMV ainda permaneciam no local (STAE) de malas feitas, aguardando novas orientações.

Segundo apurámos, irão ser pagos os seguintes valores aos MMV após as eleições:

- Presidente da Mesa de Votos: 5000, 00MT
- Vice-Presidente: 4.500, 00Mt
- Secretário: 4.300, 00MT
- Escrutinador: 4.000, 00MT.

MDM com muitas ausências de MMV

Em muitos distritos, o MDM apresenta-se com défice de MMV. Por força da lei, os partidos com assentos no parlamento, nomeadamente a Frelimo, Renamo e o MDM, têm o direito de indicar um MMV por mesa.

Em alguns distritos de Tete e Niassa, o MDM não conseguiu entregar a lista completa de MMV. Por exemplo, em Mágoè, em Tete, na lista afixada no último sábado pelo STAE, o lugar do terceiro escrutinador está em branco, o que mostra a ausência de membros da mesa de voto do partido político MDM. O mesmo ocorre em muitos distritos de Niassa.

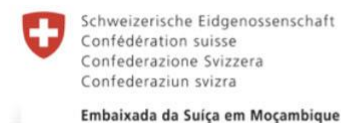
	FICHA TÉCNICA:	ENDEREÇOS:
	Director: Edson Cortez Autor: Lázaro Mabunda Editor: Lázaro Mabunda Assessor: Joseph Hanlon Revisão Linguística: Samuel Monjane Layout: Alberto Manguela	Centro de Integridade Pública Bairro da Sommerschield, Rua Fernão Melo e Castro nr. ° 124, Maputo Web: https://www.cipeleicoes.org/ Facebook: @cipeleicoes Instagram: @cipeleicoes Tiktok: @cipmoz Telegram: +258 843890584

Financiado por:



Suécia
Sverige

Parceiros do CIP:



Norwegian Embassy



Reino dos Países Baixos

